

Escola Profissional da Ilha de S. Jorge

Círculo dos Açores

Projecto de Recomendação

Exposição de Motivos

Os deputados da Escola Profissional da Ilha de S. Jorge consideram que a participação do país a nível político é positiva, na medida em que o Presidente da Comissão Europeia é português, fazendo assim com que várias medidas políticas sejam defendidas e aprovadas para uma união harmoniosa e coerente de vinte e sete países.

No entanto, comparado com os restantes estados membro, Portugal tem dado um fraco contributo para a economia da União Europeia, nomeadamente no que se refere à má gestão de fundos comunitários que têm vindo a ser atribuídos aos sectores da agricultura e das pescas, fazendo com que os nossos produtos não sejam competitivos ao nível do mercado europeu.

Assim sendo, os deputados da Escola Profissional da Ilha de S. Jorge propõem que, uma vez que os subsídios comunitários terminarão em 2013, Portugal se torne auto-suficiente a nível das pescas, através de uma aplicação profícua dos subsídios, apostando na melhoria das frotas pesqueiras, para que a quantidade de pescado seja maior e o seu preço seja mais competitivo.

A nível da agricultura, os subsídios atribuídos, na opinião dos deputados, tem sido aplicada pela negativa, ou seja, o agricultor recebe pelo abate do gado brucélico, consoante a sua idade, ou pelo excesso de azoto ou nitrato no solo dos pastos e não pela qualidade do leite produzido ou da carne lançada no mercado.

Além do mais, enquanto os subsídios existirem, a sua fiscalização é vital. Não se pode admitir que sejam pedidos apoios para o apoio dos sectores da agricultura e das pescas e depois se permita que esse dinheiro seja canalizado para outros equipamentos em nada relacionados com a atribuição do subsídio.

Há então que, apostar numa boa gestão dos fundos, na sua fiscalização e na formação qualificada dos trabalhadores.

Para além destas medidas a aplicar no sector primário, Portugal tem de se virar, sem dúvida, para o sector terciário.

A ideia instaurada na maioria da população é que a procura de emprego deve ser feita apenas dentro do país de origem, reclamando-se pela falta de emprego, pelo que os deputados da Escola Profissional da Ilha de S. Jorge propõem que se aposte na mobilidade de trabalhadores dentro da União Europeia, o que deve partir da formação e da partilha de experiências com outros países comunitários. A título de exemplo, os jovens devem aproveitar programas da União como o Leonardo da Vinci, Erasmus, Comenius, entre outros, e absorver novas formas de trabalho, de maneira a obter um currículo Europass que os habilite a trabalhar em qualquer um dos vinte e sete países.

Outra proposta assenta ainda no empreendedorismo. No caso português, por exemplo, uma grande parte da população trabalha por conta de outrém, pelo que, no caso especial dos jovens à procura do primeiro emprego, estes devem tentar criar os seus próprios postos de trabalho, utilizando, para esse fim, os apoios já existentes e aproveitar a aposta que o Governo português tem feito recentemente nas novas tecnologias, colocando em prática um processo inventivo que permita ao novo empresário criar a sua própria imagem e dar a conhecer os seus produtos ao seu país, bem como aos restantes estados membro

Em resumo, o incremento dos nossos produtos e uma boa gestão dos subsídios atribuídos até 2013; a mobilidade de trabalhadores dentro da União Europeia, de forma a que esta combata a falta de emprego e o fomento do empreendedorismo, que permitirá a criação de novas empresas e o conseqüente aumento do PIB, são as medidas defendidas pelos deputados da Escola Profissional da Ilha de S. Jorge, para que Portugal possa ter uma participação activa e faça face aos novos desafios que são constantemente lançados aos estados membro, de forma a usufruir das mesmas oportunidades e se possa considerar verdadeiramente um país pertencente à União Europeia.

Medidas propostas:

1. Melhor gestão e fiscalização dos subsídios atribuídos ao sector primário, bem como maior formação dos seus trabalhadores.
2. Maior mobilidade de trabalhadores dentro da União Europeia.
3. Aposta no empreendedorismo.